



Forum Sociológico

Série II

36 | 2020

Viver a mobilidade: Percursos, permanências e registos

Um olhar não heteronormativo sobre mobilidade e permanência em espaço urbano

A non-heteronormative look at mobility and permanence in urban space

Coletivo Aleph



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/9036>

DOI: 10.4000/sociologico.9036

ISSN: 2182-7427

Editora

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Edição impressa

Paginação: 25-35

ISSN: 0872-8380

Refêrencia eletrónica

Coletivo Aleph, « Um olhar não heteronormativo sobre mobilidade e permanência em espaço urbano », *Forum Sociológico* [Online], 36 | 2020, posto online no dia 08 outubro 2020, consultado o 15 outubro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/sociologico/9036> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/sociologico.9036>

UM OLHAR NÃO HETERONORMATIVO SOBRE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA EM ESPAÇO URBANO

A NON-HETERONORMATIVE LOOK AT MOBILITY AND PERMANENCE IN URBAN SPACE

Coletivo Aleph¹

■ Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo

O projecto do Coletivo Aleph centrou-se na discussão dos quotidianos em espaço urbano de pessoas com diferentes identidades, expressão de género e orientação sexual. Estes quotidianos que têm lugar em áreas públicas abertas (praças, ruas, jardins, parques), em espaços semipúblicos de recreação e lazer (cafés, academias, clubes desportivos, centros comerciais, etc.) e em espaço privado (em casa), são desafiados quando se questiona quem os concebeu e para quem foi projectada a cidade. Com efeito, nem todos esses espaços “socialmente aceites” são inclusivos, garantem segurança, promovem afectos e conforto. Talvez por serem pensados e projectados a partir de lentes heteronormativas, as suas características produzem efeitos diferenciados na mobilidade, permanência, segurança e, não raras vezes, produzem práticas excludentes. Perguntamos, assim, se esses espaços não são, em última análise, aqueles que permitem a presença, a mobilidade e a acção de certos grupos e pessoas, mas inibem o pleno acesso de outras, levando ao debate sobre os direitos humanos, cidadania e direito à cidade. A crítica foi desenvolvida por esta investigação culminou na elaboração de um webdocumentário (ferramenta digital disponível em <http://www.ceg.ulisboa.pt/mpps/#3>).

O instrumento comunicacional então utilizado para apresentar a nossa pesquisa (o webdocumentário) explora conteúdos relacionados com a experiência urbana de jovens estudantes universitários com diferentes identidades, expressão de género e orientação sexual, que narram, discutem e criticam o espaço urbano concebido segundo as lentes heteronormativas. Esta crítica é sustentada através das histórias dos sujeitos envolvidos e voluntários na nossa investigação. A metodologia que o Coletivo Aleph utilizou para a recolha de informação centrou-se nas técnicas qualitativas da narrativa, sob a forma de *storytelling*, *storymapping*, e *go-along techniques*, tendo resultado em mapas, fotos, registos escritos, áudios e infográficos que ilustram a vida urbana dos e das participantes. Além das narrativas obtidas sob os referidos formatos, foi utilizada uma aplicação em que foram registados os pontos-chave dos seus quotidianos urbanos, expressando assim as sensações/atmosferas de acolhimento, repulsa, tranquilidade, liberdade, etc. Este artigo explora os objectivos, metodologia e resultados a que o Coletivo chegou.

Palavras-chave: identidade e expressão de género, orientação sexual, espaço urbano, mobilidade

Abstract

The Coletivo Aleph project focused on the debate of everyday life in an urban space of people with different identities, gender expression and sexual orientations. These daily lives that take place in open public areas (squares, streets, gardens, parks), in semi-public spaces for recreation and leisure (cafés, gyms, sports clubs, shopping centers, etc.) and in private spaces (at home), are challenged when the questions who designed them and for whom the city was planned. This means that not all of these “socially accepted” spaces are inclusive, guarantee security, or promote affection and comfort. Perhaps because they are thought and designed through heteronormative lenses, their characteristics produce different effects on mobility, permanence, safety and, not uncommonly, produce exclusive practices. We ask, therefore, if these spaces are not, ultimately, those that allow the presence, mobility and action of certain groups and people, but inhibit the full access of others, leading to the debate on human rights, citizenship and the right to the city. The criticism developed by this investigation culminated in the development of a webdocumentary (digital tool available at <http://www.ceg.ulisboa.pt/mpps/#3>).

The communicational instrument used to present our research (the webdocumentary) explores contents related to the urban experience of young university students with different identities,

gender expression and sexual orientation, who narrate, discuss and criticize urban space designed according to heteronormative lenses. This criticism is supported by the stories of the subjects involved and volunteers in our investigation. The methodology that Coletivo Aleph used to collect information focused on qualitative narrative techniques, in the form of storytelling, storymapping, and go-along techniques, resulting in maps, photos, written records, audios and infographics that illustrate the urban life of the participants. In addition to the narratives obtained under the aforementioned formats, an application was used in which the key points of their urban daily lives were recorded, thus expressing the sensations/atmospheres of welcome, repulsion, tranquility, freedom, etc. This article explores the objectives, methodology and results reached by Coletivo.

Keywords: gender identity and expression, sexual orientation, urban space, mobility

Introdução

Discutir a vida pública, nomeadamente a que ocorre em espaço público aberto (praças, ruas, parques), mas também em espaço semipúblico de recreio e lazer (cafés, ginásios, clubes desportivos, centros comerciais, etc.) e privado (espaço da casa), representa um desafio quando se questiona quem o concebeu, para quem foi desenhado ou a quem serve e quais os sentimentos que desencadeia. Nem todos estes espaços normalizados são inclusivos, convidam à paragem, estimulam a mobilidade, permitem sentidos de pertença e percepção de segurança, promovem o convívio, ou agenciam afectos e conforto. Tornamo-nos, escreveu Foucault, “uma sociedade da normalização” (Foucault, 1980, p. 102), cujo espaço público é pensado e desenhado desde a perspectiva heteronormativa e homofóbica (Roestone Collective, 2014). As suas características (humanas e não humanas) produzem efeitos diferenciados na mobilidade, permanência, segurança e, não raras vezes, produzem práticas de exclusão.

Se as cidades são o resultado da “convergência multiterritórios” e a sua sociedade se constrói com base na diversidade, então uma análise crítica sobre como o território influencia os quotidianos, reproduz papéis de género e dinâmicas de exclusão e expressa o receio do “diferente” torna-se um imperativo. Podemos assim perguntar se estes espaços não serão afinal os que permitem o acesso de uns grupos e impedem o de outros, o que conduz ao debate sobre a cidadania, o direito à cidade e a justiça espacial (Fraser, 1990; Soja, 2010). E, se considerarmos que o desenho urbano não determina acções ou comportamentos *per se*, podemos perguntar se o seu desenho não estabelecerá formas de manipulação da probabilidade de certas acções e comportamentos ocorrerem (Carmona et al., 2010). De igual modo, o espaço privado da casa é questionado em face da atmosfera afectiva enquanto espaço de opressão ou de liberdade.

Foi com estas inquietações que o Coletivo Aleph começou por explorar a divisão sexuada e socialmente construída da separação binária do espaço público e privado (McDowell, 2000), a partir

das experiências vividas na vida quotidiana, nas dinâmicas de mobilidade e permanência (Paiva, 2017), de pessoas com identidade e expressão de género e orientação sexual, que questionam a “normalidade” (Fausto-Sterling, 2001/02). Neste caso, procurou-se colocar em discussão as experiências e atmosferas sentidas nos referidos espaços do quotidiano urbano de estudantes que transgridem, como afirma a referida autora, a mitologia do normal, que desafiam o sexo atribuído e os corpos otimizados e padronizados.

No processo de recolha de informação foram utilizadas metodologias qualitativas que procuraram captar as vivências de estudantes do ensino superior (1.º e 2.º ciclos), residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Estes sujeitos de investigação não se enquadram na norma heterossexual (identificaram-se enquanto lésbica, homossexual, bissexual e transgénero), com idades compreendidas entre os 19 e os 25 anos, seleccionados através da técnica “bola de neve”. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e em profundidade, percursos urbanos acompanhados e registos áudio, vídeo, fotografias e textos produzidos pelos sujeitos de investigação, utilizados para compreender as dinâmicas existentes e a configuração socioespacial dos seus espaços de vida. Uma parte dos resultados aqui apresentados pode ser explorada numa plataforma digital (web-documentário ou *webdoc*), uma narrativa *online* de navegação audiovisual, interactiva e aberta (que pode ser experienciada em <http://www.ceg.ulisboa.pt/mpps/#3>). O *webdoc* que o Coletivo Aleph produziu (intitulado *Mobility and Permanence in Public Space*) combina relatos fragmentados e aumentados através de diversas ferramentas multimédia; traduz-se este recurso num registo sobre vivências de pessoas – que não “encaixam” na norma heterossexual ou, novamente, como afirma Fausto-Sterling (2001/12, p. 28), que “desafiam as normas do sistema de dois eixos” – em ambiente urbano. A exploração *online* do *webdoc* enriquece as ideias apresentadas neste texto.

Crítica feminista e queer ao desenho do espaço urbano

O urbanismo contemporâneo planeou a cidade para o conceito universal “as pessoas” a partir do pensamento masculino (Muxí Martínez, 2018). É a partir desta ideia que estudos feministas procuram demonstrar como o planeamento urbano é uma actividade profundamente marcada pela presença e pelo pensamento masculinos, considerado neutro e universal, negligenciando as distinções que derivam do facto, por exemplo, de se ser (ou parecer) homem ou mulher (Hayden, 1980; Markusen, 1980; Sandercock e Forsyth, 1992; Bondi, 1998; Muxí Martínez et al. 2011; Ortiz Escalante e Gutiérrez Valdivia, 2015; Queirós et al., 2016; Muxí Martínez, 2018). Em consequência, os espaços urbanos tendem a reflectir a normalização das categorias dicotómicas homem/mulher (a heteronormatividade), a ortodoxia e as dinâmicas que condicionam as práticas sociais no quotidiano, empoderando ou limitando as possibilidades individuais. Roberts (2013) refere que as profissões ligadas ao urbanismo têm sido historicamente dominadas pelos homens. A autora esclarece que, a partir da década de 1970, as feministas expuseram a maneira como as relações de género podem ser interpretadas a partir do desenho e da construção do espaço urbano que é a expressão física do patriarcado. Tópicos como o planeamento da habitação, bairros, espaço público, transporte ou áreas verdes são frequentemente dominados por homens, expondo a natureza de género do espaço e do lugar (Queirós, 2020).

A crítica feminista desconstrói a visão da cidade enquanto espaço neutro, na sua ambição de instituir categorias binárias – os designados “pares”, homem/mulher, público/privado, cultura/natureza, segundo Parr (1990). As feministas criticam a teoria e a prática que insiste no desenho das fronteiras rígidas destes binários, que silencia as identidades que não se enquadram nas normas sociais tradicionais. Subjacente está a “ignorância” do planeamento da cidade durante o século XX que se estruturou para dar respostas funcionais às necessidades – a “cidade do homem”, do “sujeito racional móvel”, do “viajante neutro” – e o apelo à nova consciência em torno da desconstrução do planeamento urbano e dos seus mecanismos que promovem categorias e um certo género em detrimento de outro.

Em resultado, de acordo com Oberhauser et al. (2018) e Young (1989), se o espaço doméstico tem sido convencionado como “o lugar da mulher”, os espaços públicos urbanos que idealmente devem ser inclusivos são na prática excludentes, limitando frequentemente o acesso a minorias, pessoas com deficiência, que se identificam como LGBTQ, pobres, idosas, crianças e jovens. Desde os anos 1980, as geógrafas feministas têm criticado e amplamente

documentado espaços públicos construídos como heteronormativos e masculinos, condicionando o uso, a experiência, o sentido de pertença e a participação de mulheres e minorias sexuais (para aprofundamento, cfr. Whitson, 2018).

Mais recentemente, o movimento *queer* amplia a crítica feminista, discutindo a abertura da categoria mulher, expondo os seus múltiplos conteúdos e examinando como as diferenças entre as pessoas se criam de forma activa em tempos e lugares distintos (Barker e Scheele (2016). Este debate tem-se alargando para questionar a padronização das identidades, contrariar a cisonormatividade e a heteronormatividade, o patriarcado e o sistema binário género/sexualidade. Assim se expande o olhar crítico sobre os papéis assumidos nos espaços públicos e de intimidade/privados. A este propósito, Barker e Scheele (2016, p. 7) perguntam:

What is Queer? The word queer has had many different meanings in different times and places. It originally referred to strangeness or difference and became a term of abuse. It has since been reclaimed as a positive word. It can operate as an umbrella term for people outside of the heterosexual norm, or for people who challenge the LGBT (lesbian, gay, bisexual, and trans) “mainstream”. It can also be a way of challenging norms around gender and sexuality through different ways of thinking or acting.

De acordo com Hanson (1992) e André (1993), a casa e o trabalho, tantas vezes equacionados como abstracções, surgem nas análises espaciais como pontos num plano e no feminismo incorporados nos conceitos de privado (casa) e público (trabalho). Estas abstracções simbólicas separaram a base de género das relações sociais e ignoraram a sua permeabilidade geográfica e foram aprofundadas enquanto construções separadas. As categorias fechadas e segregadas casa/trabalho e privado/público deram relevância às necessidades dos homens e deixaram para um plano secundário as das mulheres. A crítica feminista aponta este distanciamento como impeditivo na análise das diferenças e dos vínculos entre estas esferas da vida quotidiana, abrindo e libertando os conceitos de casa/privado e trabalho/público das identidades de género e mostrando a fluidez e as contingências deste tipo de categorias.

Blumen, Fenster e Misgav (2014) acentuam que, historicamente, a separação entre a esfera produtiva e a reprodutiva foi alimentando a construção de subúrbios e periferias urbanas assim como do espaço público associado à “pertença” dos homens, e do privado identificado como o espaço das mulheres, colocando a esposa, a maternidade e a domesticidade enquanto pivôs da feminilidade,

e do lar, o núcleo idealizado da vida das mulheres. Assim, o mosaico urbano se foi produzindo e gerando, segundo André (1993), um mundo sistematicamente patriarcal e opressivo que opera quer na diferenciação do emprego (e.g., salários mais baixos, empregos informais e menos prestigiados para as mulheres devido às restrições impostas pelas responsabilidades familiares que limitam a sua capacidade de aceitar ofertas de emprego que impliquem ausências prolongadas do local de residência), quer na família, na sua configuração e na organização do trabalho doméstico. Estas normas sociais dominantes têm consequências, por exemplo, na mobilidade geográfica diferenciada pelos papéis de género: as mulheres são utilizadoras dos transportes públicos com maior frequência do que os homens, as rotas de origem – destino estabelecem ligações rápidas e directas entre casa – trabalho, o que coloca obstáculos às mulheres que têm o papel de cuidadoras, de efectuar compras, etc. (Queirós et al., 2016; Queirós e Costa, 2020).

Estabelecendo uma conexão entre a crítica feminista e *queer*, de acordo com Oberhauser et al. (2018), para onde vamos, como lá chegamos ou a nossa presença em certos lugares são influenciados e têm impacto na identidade social. As dimensões da identidade social, tais como o género, sexualidade, classe e etnia, estão alicerçadas e historicamente construídas em relações de poderes desiguais que privilegiam umas pessoas e marginalizam outras. As referidas autoras explicam como o lugar é moldado por identidades sociais que se ligam a diferentes eixos de poder. Por exemplo, baseados na sua sexualidade e na dominância dos espaços heteronormativos da cidade, homens homossexuais experienciam os bairros urbanos de forma diferenciada de homens heterossexuais (Oberhauser et al., 2018, p. 7). Sob esta crítica, a cidade torna-se a expressão física de uma falsa neutralidade, pois o desenho do espaço urbano reflecte a norma dominante da heteronormatividade. Para muitas pessoas, as ruas, as praças e parques da cidade são espaços de liberdade e descoberta, para outras são inacessíveis, opressivos, perigosos e temidos (McDowell, 2000). Para muitas pessoas não binárias, diferentes e diversas (que se identificam enquanto LGBT+, ou *queer*), ou mesmo as mulheres, pessoas de cor e minorias étnicas, as cidades encerram espaços não apenas de exclusão e discriminação, mas também de exploração, abuso e violência (Whitson, 2018). Se é verdade que não pode haver justiça social sem justiça espacial e de género, isso é mais difícil em cidades modernas, resultado do planeamento urbano que promoveu a *urbs* em vez da *civitas*.

A presente e passada opressão das mulheres ou de qualquer outro grupo também está associada ao pensamento binário, que inevitavelmente dá prioridade ao lado privilegiado do binário (Marinucci,

2016). Por isso, a abordagem partiu da reflexão sobre o estudo do espaço público na perspectiva feminista, mas logo se reconheceu a necessidade, mas também a dificuldade, em ultrapassar os referidos “pares” e reorientar o estudo para as pessoas que desafiam o género e a sexualidade socialmente aceites e os seus quotidianos (em casa, nos diversos locais de lazer, convívio e de consumo, do trabalho, da escola, etc.). O Coletivo – através da exploração urbana – assumiu um posicionamento comprometido com a justiça espacial, procurando incluir a dimensão feminista e *queer* na crítica expressa no tocante a mobilidade e permanência no espaço público (Marinucci, 2016). O desafio consistiu em levar à reflexão sobre o espaço heteronormativo, diverso e em igualdade de valorização de olhares, saberes e experiências, a partir de quem o vivencia de uma posição “marginal”.

Metodologia

O Coletivo Aleph surgiu em 2018, no seguimento de um *workshop* sobre metodologias de investigação qualitativa, focado na construção de documentários interativos (webdocumentário ou *webdoc*) enquanto ferramentas de comunicação, divulgação e disseminação de ciência. Desafiado a construir um *webdoc* a partir de um tema livre, um pequeno grupo formado então, e que mais tarde viria a estar na origem do Coletivo Aleph (que entretanto se alargou), expôs uma proposta a partir de duas ideias fortes: (i) partindo do pressuposto de que o espaço e a sociedade são componentes correlacionadas, é difícil conceber o espaço sem o seu conteúdo social e igualmente a sociedade sem a componente espacial, pelo que importa explorar a dimensão social do desenho urbano e a relação entre o espaço urbano e a sociedade (Carmona et al., 2010); (ii) assumindo uma perspectiva feminista, ao partir das experiências das mulheres na sua realidade e assumindo-as como produtoras de conhecimento (Baylina et al., 2019).

Este grupo, organizado espontaneamente para dar resposta ao desafio colocado no referido *workshop*, começou por explorar as relações entre o espaço, particularmente o espaço público, e os papéis de género a este associado. Entendeu-se o género enquanto construção simbólica sobre as relações sociais e materiais, histórica e espacialmente situadas, isto é, o resultado de uma representação social do que é ser masculino e do que é ser feminino e uma maneira de dar significado às relações de poder entre ambos (McDowell, 2000).

Cada elemento do Coletivo Aleph foi responsável pela leitura e discussão de textos previamente seleccionados e a partir dos quais se foi (re)definindo a estrutura teórico-conceptual da investigação. Com efeito, as leituras iniciais debruçaram-se

sobre questões amplas, como o direito à cidade e a justiça espacial, na perspectiva de género, e o escopo foi-se sucessivamente alargando a discussões sobre a teoria *queer* e a interseccionalidade, como instrumentos teórico-metodológicos na análise dos contextos sociais e do relacionamento das pessoas com o espaço público (Lim, 2007).

Os debates que, entretanto se foram aprofundando, partiram da problemática da mobilidade das mulheres no espaço público, e o foco foi-se orientando no sentido de abandonar os binários que simplificam o mundo (feminino/masculino; mulher/homem) para abraçar uma abordagem pós-estruturalista sobre pessoas com diferente identidade e expressão de género e orientação sexual. Por outras palavras, pessoas que não se identificam com a norma heterossexual, que questionam identidades fixas e, por esse motivo, são potencialmente as mais marginalizadas, vulneráveis e sujeitas a violência.

Assim, como anteriormente referido, o Coletivo escolheu como sujeitos/participantes na investigação experimental estudantes do ensino superior que não se enquadram na norma heterossexual seleccionados através da técnica “bola de neve” (a partir de informações disponibilizadas por uma comissão de estudantes), conforme a qual, uma pessoa, ao ser contactada para participar na investigação como potencial voluntária, indica outras que se encaixam nos critérios estabelecidos. A investigação aqui apresentada foi realizada a partir de depoimentos e outros recursos fornecidos por quatro pessoas, estudantes universitárias, do 1.º e 2.º ciclos, residentes na Área Metropolitana de Lisboa, não binárias, que se identificam, cada uma, como lésbica, homossexual, bissexual e homem transgénero, com idades compreendidas entre os 19 e os 25 anos.

A amostra seleccionada não teve a pretensão de ser representativa, mas a combinação de técnicas qualitativas contribuiu para a recolha de um conjunto abundante de informações primárias – recolhidas ao longo de cinco meses (de Setembro de 2018 a Janeiro de 2019). Foram assim realizadas entrevistas semiestruturadas, fizeram-se diversos percursos acompanhados (*go-alongs*) entre os espaços públicos e privados dos seus quotidianos, e o Coletivo Aleph instalou uma aplicação para *smartphone* que permitiu a recolha, em tempo real, de respostas a um curto questionário sobre sensações relacionadas com os espaços frequentados, bem como incentivou a disponibilização de uma miríade de imagens, vídeos e sons registados pelas pessoas participantes no estudo (materiais que viriam a ser usados no *webdoc*).

Ressaltamos ainda que esta investigação não pretendeu comparar os resultados entre os/as diferentes participantes, senão (re)conhecer as especificidades das experiências e percepção das atmosferas afectivas. Deste modo, os resultados

são apresentados na sua globalidade, chamando a atenção para os espaços apontados pelos sujeitos e suas interpretações. Propositadamente, reportamos com mais detalhe aqueles relacionados com o participante *gay*, anonimizado como “J”, para maior clarificação da nossa abordagem.

A estrutura central das entrevistas orientou-se para a história de vida de cada participante, o processo de descoberta da sua identidade e expressão de género e orientação sexual e mudanças na utilização dos espaços do quotidiano (lugares mais significativos e itinerários preferidos) relacionadas com a sua identidade e sexualidade. Através de questões abertas deixou-se que os/as participantes expressassem os seus sentimentos (Rodó-De-Zárate, 2017). As entrevistas foram gravadas, transcritas e autorizadas com assinatura de um formulário de consentimento informado, para garantir a utilização anonimizada das informações para fins única e exclusivamente relacionados com esta investigação.

Uma vez conhecidos os lugares mais frequentados e trajectos preferenciais quotidianos, foram posteriormente solicitados registos de dados audiovisuais dos espaços que haviam sido sistematicamente mencionados em cada entrevista. Estes registos foram realizados através da referida aplicação para *smartphone* – *Epicollect 5* –, a qual permite a recolha de conteúdos (áudio, texto, imagem) georreferenciados e respostas a um questionário associado. Mais detalhadamente, ao registar uma imagem, texto ou o som associado ao espaço onde o respectivo conteúdo foi anotado, cada participante na investigação respondeu a questões previamente inseridas pelo Coletivo na aplicação (e.g., descrever como se sentia naquele lugar; se estava sozinho ou não; como percepcionava a segurança ou insegurança), para uma maior aproximação à atmosfera afectiva de cada conteúdo acerca da vivência quotidiana dos/as participantes. A ligação da aplicação ao GPS permite que os registos sejam georreferenciados e introduzidos automaticamente num banco de dados de acesso restrito. Os registos foram realizados durante quinze dias através do *Epicollect 5*, e de escolha livre por parte dos/as participantes (todavia, reflectem os seus quotidianos, identificados a partir das entrevistas).

Posteriormente, e fazendo uso de métodos etnográficos, decorreram percursos acompanhados (ou seja, elementos do Coletivo Aleph acompanharam cada um/a dos/as participantes nos seus trajectos quotidianos no sentido de robustecer e melhor fundamentar a pesquisa empírica), a partir dos quais se registaram informações adicionais fornecidas pelos quatro participantes na investigação acerca dos lugares e sentimentos porventura a eles ligados. O trabalho de campo procurou assim fazer uso das técnicas *go-along*, acompanhando as

pessoas entrevistadas nos seus percursos “naturais”, fazendo perguntas, ouvindo e observando *in situ* o seu ambiente físico, social e emocional, acedendo às suas experiências e interpretações em simultâneo (Kusenbach, 2003).

O quadro teórico-conceptual – que nesta investigação se designou de “sensorial-espacial” – serviu de base à interpretação dos elementos recolhidos (Quadro 1). Este estruturou-se com recurso a três componentes, a saber: acesso, controlo e adequação, formuladas por Lynch (2001), relacionadas com duas categorias de espaço, formuladas por Nusser e Anacker (2013), numa escala: (i) heteronormativo (subcategorias: *anti-queer* e *don't ask/don't tell*) e (ii) não heteronormativo (subcategorias interligadas: *queer tolerant*, *queer friendly*, *queer accepting* e *queer*). Deve esclarecer-se que o espaço *queer* pode não ter sido desenhado explicitamente como *queer*, todavia integra elementos preferidos pelos sujeitos e pode ser entendido como o espaço de tensão e construção permanente em confronto com a heteronormatividade dominante, sugerindo a existência de espaços na cidade não apenas heteronormativos (Nusser e Anacker, 2013).

Lynch (2001) explica que o acesso se refere ao espaço que informa e causa (ou não) sensação de bem-estar e permite liberdade de comportamento ou o restringe. O controlo relaciona-se com padrões, regulação, códigos de comportamento em espaço

público/privado. A adequação diz respeito às relações entre as características físicas e as actividades/comportamento das pessoas. O desenho espacial contém recursos que limitam o comportamento, ou elementos físicos capazes de promover uma atmosfera afectiva, como a materialidade, a decoração e *layout* do espaço (Anderson, 2014).

O cruzamento entre as diversas categorias analíticas e componentes espaciais permitiu a “classificação” e enquadramento dos espaços frequentados pelos sujeitos, e das emoções associadas, em sensações/atmosferas classificadas como “desconforto”, “neutro” e de “conforto”. A aplicação do modelo de análise sensorial-espacial resultou uma representação afectiva-espacial, apresentada na Figura 1 (secção seguinte), para a pessoa participante “J”.

Uma leitura à luz do modelo sensorial-espacial

A exploração das vivências dos participantes na investigação em relação aos espaços do seu quotidiano e às suas atmosferas afectivas foi o foco da investigação. Entre estes espaços, públicos e privados, apresentados pelas pessoas participantes e relativamente aos quais os mesmos não são indiferentes do ponto de vista afectivo, destacamos: transportes públicos e parques públicos, parques de

Quadro 1 ► Modelo de análise sensorial-espacial na identificação e classificação de atmosferas afectivas (desconforto, neutro, conforto), com base em Lynch (2001) e Nusser e Anacker (2013)

Tipo de espaço		Acesso	Controlo	Adequação
QUEERING	<i>Queer</i>	Limites rígidos estabelecidos entre espaços interiores e exteriores	Visibilidade direccionada Sinalização menos explícita Pessoas com hábitos e vestuário diversos	Afectivo Informal Ergonómico/ Espaços flexíveis Decoração quente (materiais e cores) Percepção de segurança Promove a interacção e o convívio Informalidade do interior dos espaços
	<i>Queer accepting</i>	Ambiente fechado para a rua		
	<i>Queer friendly</i>	Sinalética (informação) Acolhimento amigável Entrada informal (geral), mesmo em espaços institucionais		
	<i>Queer tolerant</i>	Permeabilidade nos ambientes internos Fluxos directos Espaços amplos e com sinalética informativa		
HETERONORMATIVO	<i>Don't ask, don't tell</i>	Mobilidade limitada Fluxos preestabelecidos Pouca informação	Controlo no uso dos espaços Ambientes restritos Código de comportamento Código de vestuário Heterossexualidade explícita Percepção de vigilância e controlo de segurança	Sinalética corporativa Composição formal dos espaços Limita os comportamentos
	<i>Anti-queer</i>	Actividades concentradas no interior		

estacionamento, bares *gay*, casa dos progenitores. De uma maneira geral, nem todos os espaços públicos são associados aos sentimentos de liberdade e conforto, e, no que respeita ao espaço privado, as vivências e afectos dependem da situação e dinâmica familiar de cada um/a dos/as participantes.

As conclusões vieram reforçar detalhes salientados durante as entrevistas e as saídas acompanhadas, apresentando-se muito relevantes locais onde os/as participantes costumam ir com alguma frequência e que têm grande significado. Regista-se ainda que os casos analisados apresentaram uma elevada capacidade de mobilidade, nacional e internacional, ou seja, estes jovens estão habituados a viajar por diversos motivos, seja por razões de estudo ou lazer, para lugares próximos e distantes. Além disto, o espaço virtual foi apontado por todos os/as participantes como um dos lugares de fruição preferidos. A forte ligação com o ciberespaço (Lévy, 1999) foi justificada pela possibilidade de nas redes (nomeadamente, WhatsApp, Instagram, Facebook, Messenger) assumirem a sua identidade e expressão de género e orientação sexual sem sentimento de pressão ou medo. Não significa isto que estes sejam na realidade espaços "neutros", podem até ser representativos de intersecções controversas, todavia este sentimento foi comum às pessoas participantes.

Deve ainda referir-se que, relativamente ao espaço da "casa", se detetaram divergências entre as pessoas participantes: para uma este é mesmo o seu melhor refúgio, local seguro, de conforto e de libertação, pela aceitação/integração da família ou, pelas razões inversas, para as outras, "quanto mais longe", melhor se sentem (pela percepção da vigilância e controlo parental que se exerce em casa).

A Figura 1 mostra apenas uma interpretação gráfica das atmosferas afectivas de um dos participantes, sustentada na aplicação do modelo de análise sensorial-espacial apresentado no Quadro 1. Procurou-se relacionar o sentimento de conforto/desconforto produzido pela composição socioespacial dos espaços identificados como quotidianos. Importa mencionar que o interesse no desvelamento das atmosferas afectivas em relação ao espaço privado da casa e a sua inserção na análise se deu com o desenvolvimento da investigação, que colocou em evidência a relevância desta dimensão no conforto e desconforto dos/as participantes.

A Figura 1 "isola" a escola como um espaço de desconforto para "J", reflectindo uma dessincronia com a atmosfera escolar a partir da forma do seu corpo. No ensino básico, "J" tinha excesso de peso e sentia-se diferente, e por isso sofria *bullying*; os colegas dirigiam-lhe insultos verbais:

Na altura não damos tanta importância porque é uma coisa que ainda não sabemos,

mas as outras pessoas julgam-nos pela nossa maneira de ser ou como falamos ou com quem nos damos porque, lá está, aquele estereótipo de sempre me ter dado mais com raparigas do que com rapazes porque me sentia mais à vontade, levava a esse tipo de palavras, principalmente pelos rapazes e não pelas raparigas. (Excerto da entrevista a "J")

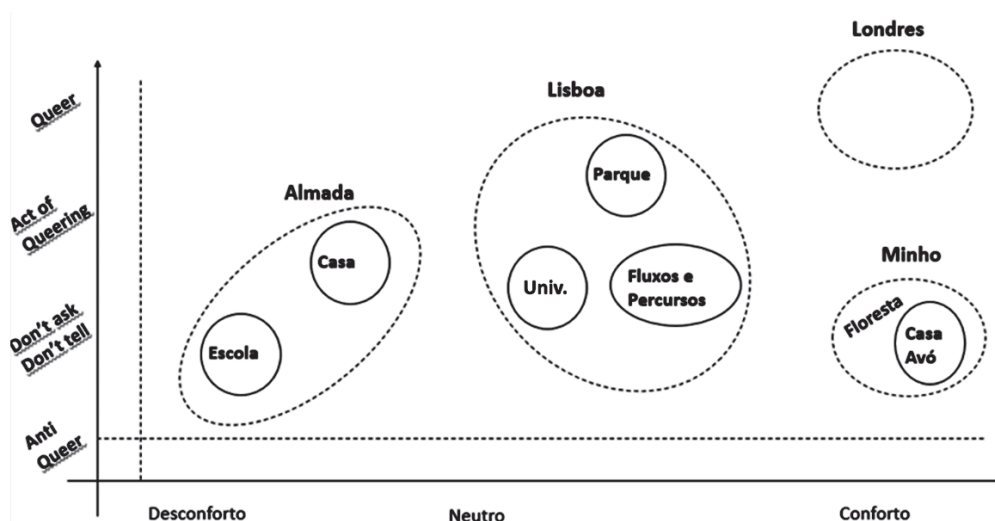
Foi com a idade de 17 anos que se definiu em termos da orientação sexual, na sequência de um evento/experiência/relação com uma rapariga. A família mais chegada não pergunta, mas "J" assegura que se essa questão surgir vai assumir com frontalidade a sua opção. Afirma "J" que o que o preocupa não é o facto de a família saber e aceitar, o problema prende-se com as outras pessoas que a envolvem, e o ambiente de bairro onde todos se conhecem e fazem juízos estereotipados, e que podem afectar a actividade económica dos pais, numa associação do bairro a uma atmosfera social e material opressiva.

Quando começou a sair com o seu primeiro companheiro, "J" reconhece que evitava certos comportamentos em espaços públicos, como andar de mão dada, ou exprimir fisicamente afectos, como beijarem-se na rua: "Havia sítios em que estávamos os dois, tipo um banco de jardim, e se passasse alguém junto com uma criança tiravam-na de lá, ou se passasse alguém mais de idade ficava a olhar e mandava uma boca" (excerto da entrevista a "J"). Por fim este medo foi desaparecendo e actualmente já não evita nenhum espaço público (fora da sua área de residência) qualquer que seja a sua composição formal: "Eu sou uma pessoa normal, portanto tenho o direito de estar ali como qualquer outra pessoa" (excerto da entrevista a "J").

Da escola básica (na Margem Sul do Tejo) até à universidade (em Lisboa), vai uma enorme distância geográfica e afectiva, pois "J" afirma que:

Aqui estão pessoas com mais idade, têm uma mentalidade mais crescida e não há esse tipo de necessidade numa faculdade nos dias de hoje (...). As pessoas [na faculdade] tinham uma visão um pouco diferente de mim, mas ao conhecerem-me mudaram a opinião que tinham e tornaram-se mais abertas em relação ao assunto.

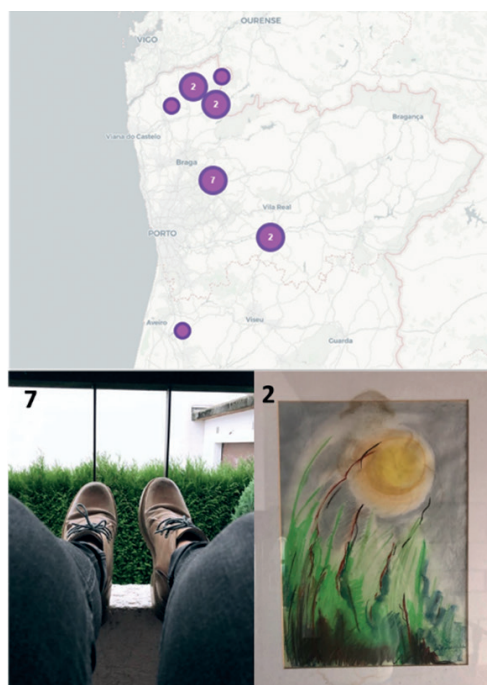
Com efeito, a escola secundária, distante do bairro, de casa e do ambiente opressivo da escola básica, aliviou a tensão. Mas a entrada na universidade, e muito em particular o acesso ao recinto desportivo e recreativo do estádio universitário que frequenta amiúde, foi redentora, promotora de convívio e informalidade. Este "evento" tem um significado importante na criação de um maior controlo de "J" em relação às suas descobertas.

Figura 1 ▶ As atmosferas de “J”

A capital significou “a cidade” (liberdade), menor controlo social, permitindo-lhe deambular no espaço público. Os trajectos que faz no seu quotidiano incluem preferencialmente as áreas verdes de Lisboa e são maioritariamente efectuados através de transportes públicos e a pé – que prefere, para “estar consigo e com a sua música, onde experimenta a neutralidade” (adaptação de excerto da entrevista a “J”). Mas os lugares dos seus maiores afectos e conforto estão distantes do seu bairro de residência: em casa dos avós, no Minho, perto da

natureza, onde não ajuízam a seu respeito e em Londres, onde reside a sua melhor amiga (Figura 2).

Importante ainda é a sua opinião relativamente aos “bares gay” que não conquistam os seus afectos, pois não se sente enquadrado “em espaços dirigidos a pessoas como ele” (excerto da entrevista a “J”), que os interpreta ou representa como se fossem guetos. Neste particular aspecto, houve divergência em relação a outra pessoa participante, que associa a existência destes locais e suas materialidades a lugares de acesso, protecção e conforto, pela sua

Figura 2 ▶ Os afectos de “J” ilustrados através da aplicação

7: muito confortável; paz, tranquilidade, origem [liberdade, paz de espírito, retiro]; muito confortável; “arte, pintura de família, campo, sol, tranquilidade” [conforto de estar na casa de família, natureza reflexão]

2: muito confortável; “chill place” [local onde pode ser completamente livre onde não é julgado nem observado, “fuga” da pressão da vida de “bairro” vivida ao pé de casa, um município suburbano]

capacidade de inclusão. Já o *Starbucks*, no entender de “J”, talvez por ser uma cadeia global, inclusiva e neutra, é, em alternativa, um espaço (semipúblico) que caracteriza como adequado e onde sente muito conforto. De igual modo, os parques de estacionamento, por constituírem “espaços reservados” e quase sempre vazios de gente a certas horas do dia e da noite, transmitem-lhe segurança e incentivam-no à permanência.

A partir das narrativas de “J” relativas ao seu quotidiano, pudemos verificar que a casa e o bairro marcaram profundamente a sua infância, associando-se ao sentimento de rejeição de colegas de escola, apresentando-se como espaços inibidores da sua mobilidade e permanência. Como consequência, na adolescência opta por uma escola fora do seu bairro – marcando o início da sua mobilidade física autónoma e relacional – para se libertar do *bullying* e fazer as suas primeiras viagens de autocarro sozinho. Para “J”, a escola básica significa o espaço homofóbico e opressor, mais próximo da categoria *anti-queer*. A casa de família enquadra-se também na categoria de espaço heteronormativo, correspondendo, para “J”, à situação *don't ask, don't tell*. O bairro da sua residência funciona para “J” como lugar de exclusão e discriminação. A viagem de comboio que engloba a travessia do Tejo – associada à entrada na universidade – assinala o início de um processo de auto-aceitação, de crescente autonomia, e prolonga-se através dos seus percursos pela cidade de Lisboa, preferencialmente pelos seus parques públicos e, em particular, pelo recinto desportivo conhecido como Estádio Universitário. O exterior, em particular a “natureza” presente no espaço urbano e a mobilidade que esta permite, para “J” está nos seus maiores afectos e adequa-se às suas preferências, e isso é tanto mais relevante quando reporta a sua satisfação quando passa temporadas em casa dos avós, onde emerge a sensação de segurança, convidando à contemplação e à permanência. Londres, informal e permeável, onde vive a sua melhor amiga, revela o espaço urbano de verdadeira aceitação do seu “eu”, mostrando ainda que a distância geográfica, mas também a distância relativa, funcionam como alavancas do conforto e dos afectos de “J”.

Remate

Apesar de a investigação se debruçar sobre quatro casos (retratados no *webdoc*), cada um com as suas especificidades, optámos por apresentar aqui apenas um deles pela sua expressividade, e corresponde à narrativa de “J”. A sua história traduz um processo de crescimento e um sucessivo controlo de poder pelo próprio relativamente às suas opções, mas também reflecte um determinado contexto sociocultural e desigualdades e opressões nos diversos lugares onde esse processo decorreu. O

olhar não heteronormativo de “J” permite entender que os lugares de proximidade e familiaridade se constituem enquanto homofóbicos e discriminadores, precisamente o contrário àquilo que se esperaria deles, enquanto espaços de acolhimento, protecção e inclusão. De casa, passando pelo bairro até à escola básica, enquanto espaços de proximidade e de comunidade, encontramos elementos muito preocupantes relacionados com a norma homofóbica imposta. E através da sua narrativa podemos verificar como nos tornamos, como escreveu Foucault (1980), a sociedade da normalização, mesmo a partir dos primeiros anos de escolarização, onde a escola pública representa o espaço da perspectiva heteronormativa e homofóbica, e a partir da qual é difícil desafiar a norma. Emergem também os espaços públicos abertos, como os parques urbanos, que permitem a “evasão”, a fuga aos olhares críticos. E os locais de estacionamento são tidos por “J” como acolhedores, por permitirem a sua permanência, sem se sentir examinado e criticado. Talvez esta sua preferência, enquanto espaço marginal e de dissidência, deva relacionar-se com o questionamento da perspectiva heteronormativa da produção do espaço urbano.

A partir dos outros olhares, afectos e narrativas recolhidas (explorados no *webdoc*), as conclusões são semelhantes, com detalhes associados aos desafios que cada um/a dos/as participantes enfrenta relacionados com a sua identidade e expressão de género e orientação sexual. Género e sexo importam no desenho da cidade, todavia, este assunto ainda é desadequadamente abordado.

Reforçamos a relevância da combinação de métodos etnográficos e técnicas audiovisuais na produção e comunicação do trabalho científico, sendo um dos exemplos a produção do *webdoc*, cuja vantagem está na capacidade de convocar, também de uma forma lúdica, a atenção, não apenas da comunidade académica mas de um público mais vasto, para assuntos que estimulam a nossa consciência para a forma como observamos e participamos nos ambientes que nos rodeiam. Os resultados incitam à reflexão sobre renovadas perspectivas de análise dos espaços da cidade, onde se estabelecem relações de poder que medeiam a mobilidade e a permanência dos corpos na cidade.

Uma das ideias centrais que o Coletivo Aleph sustentou desde o início da sua formação consistiu em demonstrar que existem narrativas alternativas ao texto escrito, que a sua autoria pode ser partilhada sem hierarquias, que as conclusões que se retiram dos conteúdos e da estrutura do *webdoc* são abertas, muito embora nele esteja subjacente a crítica ao suposto espaço neutro, onde as categorias de género e a ordem patriarcal não são problematizadas/abordadas ou são desvalorizadas. Procurou também o Coletivo, através deste texto, co-produzir saberes e práticas de investigação que incorporam

e valorizam afectos e experiências de jovens nos seus quotidianos – que se sentem fora da “norma”. Tal como argumentam autores como Fraser (1990), Soja (2010), e Carmona et al. (2010), o seu olhar revela que certos espaços foram desenhados e materializados através de uma lente heteronormativa e produzem práticas de exclusão e expulsão, o que, por sua vez, nos conduz a questionar o direito à cidade.

Agradecimentos

O Coletivo Aleph agradece aos/às voluntários/as que participam na pesquisa. Agradece ainda os valiosos comentários recebidos durante o processo de revisão.

Notas

¹ Coletivo intergeracional e contemporâneo que investiga as diferentes abordagens do espaço na cidade com o objectivo de estimular a discussão crítica sobre o direito à cidade diversa, flexível e inclusiva. Constituem o Coletivo Aleph, por ordem alfabética: Ana Rita Santos, Andrés Barreno Lalama, André Ribeiro, Emanuella Vieira, Katielle Silva e Margarida Queirós. Todos os elementos que integram o Coletivo estão afiliados na Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (E-mails: arcsantos@campus.ul.pt | abarreno@campus.ul.pt | andre.ribeiro@campus.ul.pt | emanuella@campus.ul.pt | katielle@campus.ul.pt | margaridav@campus.ul.pt).

Referências

- Anderson, B. (2014). *Encountering affect. Capacities, apparatuses, conditions*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- André, I. (1993). *O falso neutro em geografia humana. Género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico* (Tese de doutoramento). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Barker, M.-J., & Scheele, J. (2016). *Queer. A graphic story*. Reino Unido: Icon Books Ltd.
- Baylina, M., Villarino, M., Garcia Ramon, M. D., Mosteiro, M. J., Porto, A. M., & Salamaña, I. (2019). Género e innovación en los nuevos procesos de re-ruralización en España. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, LIV(110), 75-91.
- Blumen, O., Fenster, T., & Misgav, C. (2014). The body within home and domesticity – Gendered diversity. *HAGAR Studies in Culture, Policy and Identities*, 11(1) 2013, 6-19.
- Bondi, L. (1998). Gender, class, and urban space: Public and private space in contemporary urban landscapes. *Urban Geography*, 19(2), 160-185.
- Carmona, M. et al. (2010). *Public Spaces – Urban spaces. The dimensions of urban design* (2.ª ed.). Reino Unido: Elsevier.
- Fausto-Sterling, A. (2001/02). Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, 17/18, 9-79 (trad. Capítulo 1, Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality. Nova Iorque: Basic Books, 2000).
- Foucault, M. (1980). Two lectures. Em: C. Gordon (org.), *Power/knowledge: Selected interviews and other writings 1972-1977 by Michel Foucault* (pp. 102-107). Nova Iorque: Pantheon.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25-26, 56-80.
- Hanson, S. (1992). Geography and feminism: Worlds in collision?. *Annals of the Association of American Geographers*, 82(4), 569-586.
- Hayden, D. (1980). What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design, and human work. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5(3), S170-187.
- Kusenbach, M. (2003). Street phenomenology: The go-along as ethnographic research tool. *Ethnography*, 4(3), 455-485.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.
- Lim, J. (2007). Queer critique and the politics of affect. Em K. Browne, J. Lim, G. Brown (Eds.), *Geographies of sexualities: Theory, practices and politics* (pp. 53-67). Farnham: Ashgate.
- Lynch, K. (2001). *A imagem da cidade*. São Paulo: Ed. Martins Pontes.
- Marinucci, M. (2016). *Feminism is Queer. The intimate connection between queer and feminist theory* (2.ª ed.). Londres: Zed Books.
- Markusen, A. (1980). City spatial structure, women's household work, and national urban policy. *Signs* 5(3), S23-44.
- McDowell, L. (2000). *Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Muxí Martínez, Z. (2018). *Mujeres, casas y ciudades – Más allá del umbral*. Barcelona: dpr-barcelona.
- Muxí Martínez, Z., Casanovas, R., Ciocchetto, A., Fonseca, M., & Gutiérrez Valdivia, B. (2011). ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? *Feminismos/s*, 17, 105-129.
- Nusser, S. P., & Anacker, K. B. (2013). What sexuality is this place? Building a framework for evaluating sexualized space: The case of Kansas City, Missouri. *Journal of Urban Affairs*, 35(2), 173-193.
- Oberhauser, A., Fluri, J. L., Whitson, R., & Mollett, S. (Eds.) (2018). Engaging feminist spaces. Introduction and overview. Em A. Oberhauser, J. L. Fluri, R. Whitson & S. Mollett (Eds.), *Feminist spaces. Gender and geography in a global context* (pp. 2-24). Londres: Routledge.
- Ortiz Escalante, S., & Gutiérrez Valdivia, B. (2015). Planning from below: Using feminist participatory methods to increase women's participation in urban planning. *Gender & Development*, 23(2015), 113-126.
- Paiva, D. (2017). Teorias não-representacionais na Geografia I: Conceitos para uma geografia do

- que acontece. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, LII(106), 159-168.
- Parr, J. (1990). *The gender of breadwinners. Women, man and change in two industrial towns 1880-1950*. Toronto: University of Toronto Press.
- Queirós, M. (2020). Planear e ordenar o território com perspetiva de género: Uma oportunidade para consagrar espaço à sombra?. Em Marcela V. Santana Juaréz et al. (Coords.) (2019), *Desafíos de la ordenación territorial, planeación integral y gobernanza em Iberoamérica en el siglo XXI* (pp.152-169). Estado de México: Universidad Autónoma del Estado de México.
- Queirós, M., & Costa, N. M. (2020). Planning mobility in Portugal with a gender perspective. Em I. S. Madariaga e M. Newman (Eds.), *Engendering cities: Designing sustainable urban spaces for all* (Cap. 5), Nova Iorque: Routledge. https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=2i_gDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT67&ots=t7R_ToGM9G&sig=KD1WUFZT979cKQlpyCuSerUIKZc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Queirós, M., Costa, N. M., Morgado, P., Vale, M., Guerreiro, J., Rodrigues, F., Mileu, N., & Almeida, A. (2016). Gender equality and the City: A methodological approach to mobility in space-time. *TRIA International Journal of Urban Planning*, 17(2), 143-158. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/35962>
- Roberts, M. (2013). Introduction: Concepts, themes and issues in a gendered approach to planning. Em Inês S. de Madariaga e M. Roberts (Eds.), *Fair shared cities. The impact of gender planning in Europe* (pp. 1-19). Inglaterra: Ashgate.
- Rodó-De-Zárate, M. (2017). Affective inequality and heteronormative discomfort. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 108(3), 302-317.
- Roestone Collective (2014). Safe space: Towards a reconceptualization. *Antipode*, 46(5), 1346-1365.
- Rose, G. (2016). *Visual methodologies: An introduction to interpreting visual materials* (4th ed.). Los Angeles: Sage Publications.
- Sandercock, L., & Forsyth, A. (1992). A gender agenda: New directions for planning theory. *Journal of the American Planning Association*, 58(1), 49-59.
- Soja, E. (2010). *Seeking spatial justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Whitson, R. (2018). Gendering the right to the city. Em A. Oberhauser, J. L. Fluri, R. Whitson & S. Mollett (Eds.), *Feminist spaces. Gender and geography in a global context* (pp. 70-105). Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Young, I. M. (1989). Polity and group difference: A critique of the ideal of universal citizenship. *Ethics* 99(2), 250-274.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição – 4.0 (CC BY 4.0).

Recebido a 01/10/2019. Aceite para publicação a 30/03/2020

Coletivo Aleph

Ana Rita Santos. Email: arcsantos@campus.ul.pt

Andrés Barreno Lalama. Email: abarreno@campus.ul.pt

André Ribeiro. Email: andre.ribeiro@campus.ul.pt

Emanuella Vieira. Email: emanuellavieira@campus.ul.pt

Katielle Silva. Email: katielle@campus.ul.pt

Margarida Queirós. Email: margaridav@campus.ul.pt

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. R. Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, Portugal.